



Anexo

ANEXO I**PREGÃO Nº 54/2019 - ELETRÔNICO****CAPÍTULO I. DO OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a eventual aquisição futura de soluções de softwares utilizados no DATACENTER DO TRE-MS (informática), doravante denominados apenas materiais, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

A aquisição desses materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço, conforme condições do Edital, deste Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços (anexo II).

CAPÍTULO II. DO REGISTRO DE PREÇOS

1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão da não possibilidade de determinação precisa do quantitativo de materiais a serem adquiridos pelo TRE/MS, especialmente em função da equação: recursos orçamentários disponíveis/preço de venda final, objetivando-se possibilitar ao TRE/MS o melhor aproveitamento desses recursos.

2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para cada item que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.

2.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse do TRE/MS na aquisição de material com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.

2.2. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega do(s) material(is), dentro do prazo fixado neste Termo de Referência, ao preço registrado na Ata.

3. A vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da assinatura da Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO III. DOS MATERIAIS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados abaixo.

Item 01	Solução de Backup	
Veeam Backup & Replication Enterprise (VMware), licença para 1 processador - 3 anos de suporte do fabricante (suporte em horário comercial)		
Quantidade	Preço unitário máximo	Preço total máximo
14	R\$ 15.470,90	R\$ 216.592,60
Intervalo mínimo entre os lances na disputa	R\$ 50,00	

Item 02	Solução de Criação/Gestão de Usuários
A solução deverá atender, no mínimo:	

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. 1 domínio – Microsoft Active Directory;

1.2. Caso a solução possua licenciamento baseado em acessos simultâneos, a solução deverá atender no mínimo a 10 acessos simultâneos à console de gerenciamento;

1.3. Caso a solução possua licenciamento baseado em número de usuários, a solução deverá atender no mínimo 400 usuários;

1.4. O software não deve exigir a instalação de clientes em controladores de domínio para o seu funcionamento;

1.5. Deve suportar mecanismos de autenticação padrões de mercado como usuário/senha e Lightweight Directory Access Protocol (LDAP);

1.6. Compatibilidade com Active Directory do Windows Server 2016;

1.7. O software ofertado deve estar disponível no idioma inglês ou português do Brasil;

1.8. O software ofertado deve ser compatível com o sistema operacional Windows Server 2016 instalado em ambiente VMWare ESX 6.X ou superior;

1.9. Deve contemplar repasse de conhecimento;

1.10. Licença e suporte do fabricante para um ano;

2. AUTOMAÇÃO

2.1. Criar/bloquear usuários de forma automática através de arquivo .csv;

2.2. Limpeza automática das contas de usuários que foram desativadas, a cada dois anos;

3. CRIAÇÃO DE CAIXA DE CORREIO

3.1. Gerenciamento das contas de e-mails no Microsoft Exchange pela solução que for adquirida:

3.1.2. Criar;

3.1.3. Excluir;

3.1.4. Alterar;

3.1.5. Migrar;

3.1.6. Desabilitar;

3.1.7. Propriedades/Atributos;

4. RELATÓRIOS

4.1. Exportar os relatórios em diferentes formatos como XLS, PDF, CSV, etc;

4.2. Relatórios pré-construídos;

4.3. Relatórios gerados automaticamente;

4.4. Relatórios de auditoria para obter todas as ações que um técnico realizou;

5. ATUALIZAÇÕES

5.1. Atualizações de segurança, funcionalidades/complementos e correções relacionadas ao software contratado, conforme calendário de versões do fabricante;

6. INSTALAÇÃO

6.1. 20 horas de serviço para instalação, configuração e documentação e repasse de conhecimento (poderá ser realizada remotamente).

Quantidade	Preço unitário máximo	Preço total máximo
02	R\$ 77.625,00	R\$ 155.250,00
Intervalo mínimo entre os lances na disputa		R\$ 200,00

Item 03	Solução de E-mail
A solução deverá atender, no mínimo: 1. 400 CALs EXCHANGE SERVER STANDARD PER DEVICE CLIENT ACCESS LICENSE (AAA-03434) 2. 02 Licenças EXCHANGE SERVER ENTERPRISE PER SERVER SOFTWARE LICENSE (AAA-03741) 3. Fornecimento de 88 horas de serviços (instalação, configuração e documentação), abrangendo no mínimo: 3.1. Fornecimento de instalação e configuração de 1 servidor Exchange Server 2016 (Mailbox) 3.2. Fornecimento de instalação e configuração de 1 servidor Exchange Server 2016 (CAS/HUB) 3.3. Configuração do Exchange Server (Domínios, Web Services, Certificados, Outlook - Anywhere, SCP, OWA, DAG, DNS) 3.4. Criação de databases 3.5. Migração do relay SMTP para o Exchange Server 2016	

- 3.6. Migração de 150 usuários de correio eletrônico IMAP existente para Exchange
- 3.7. Validação do fluxo de mensagem interna e externa
- 3.8. Teste de conectividade
- 3.9. Estabilização do ambiente
- 3.10. Repasse de conhecimento (workshop técnico)
- 3.11. Documentação de toda a instalação
- 3.12. Devido à complexidade da instalação e configuração da solução, essas atividades deverão ser realizadas nas dependências do TRE-MS.

4. A LICITANTE deverá fazer parte da listagem de empresas participantes do programa de fornecimento de licenças em grande volume para organizações governamentais com 250 usuários ou mais (Parceiro LSP para Governo): <https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/parceiros%20lsp> / <https://www.microsoft.com/pt-br/licensing/mpsa/default>

5. Quando da requisição de fornecimento o item será adquirido em sua totalidade.

Quantidade	Preço unitário máximo	Preço total máximo
02	R\$ 233.526,01	R\$ 467.052,02
Intervalo mínimo entre os lances na disputa	R\$ 500,00	

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. Para o item 1 não haverá parcelamento/cota ME/EPP do item, pois a aquisição em separado poderia gerar diversos contratos, cada um com licenças expirando em datas diferentes, sendo que isso poderia chegar ao caso em que, para licenciar apenas uma máquina servidora, seria necessário ter dois ou mais contratos; o que dificultaria sobremaneira a gestão das licenças.

3. Já para os itens 02 e 03 também não será realizado o parcelamento/cota ME/EPP, pois o sucesso da implantação da Solução (uso integral de toda a potencialidade técnica da Solução), depende de cada componente da Solução a ser adquirida, sejam eles componentes principais ou acessórios. Portanto, faz-se necessário o agrupamento para garantir o uso por completo do que venha a ser adquirido, evitando assim, que componentes da Solução venham a ser adquiridos e não utilizados (ou utilizados de forma precária);

4. A indicação de softwares nos itens 1 e 3 se dá de forma a manter a compatibilidade e homogeneidade, garantindo assim maior agilidade no gerenciamento, manutenção e integração das soluções.

5. Todas as novas licenças adquiridas deverão ser perpétuas, isto é, após o final do prazo de garantia ou similar estipulado, o TRE-MS terá o direito de continuar utilizando o software sem restrições das funcionalidades. Porém, após o final do prazo de garantia, o TRE-MS não terá o direito a upgrades e atualizações de segurança.

CAPÍTULO IV. DA ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS E EVENTUAIS AMOSTRAS

1. A análise técnica das propostas, quando necessária, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.
2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta o nome e a versão do software ofertado.
 - 2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o software ofertado.
 - 2.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação ou recusa da proposta.
3. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

CAPÍTULO V. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

1. Os softwares deverão ser entregues na Secretaria de Tecnologia da Informação, sita na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 – Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, no horário de 12h às 18h, de segunda à sexta feira.

1.1. Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, quando cabível, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.

1.2. A entrega poderá ser realizada mediante fornecimento do “código de ativação” ou equivalente, viabilizando o recebimento através de download no sítio do fornecedor/fabricante, neste caso, os documentos exigidos na cláusula 1.1 acima deverão ser enviados juntamente com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de, no máximo, 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

3.2 Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. O recebimento provisório e definitivo dos softwares ficará a cargo da equipe de apoio à contratação, conforme descrito a seguir.

7. O **recebimento provisório** será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os softwares deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da nome e versão na embalagem e/ou na própria mídia, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do software ou, no caso de fornecimento de “código de ativação” ou equivalente, indicação do sítio na Internet e dos procedimentos necessários para realizar o download

b) quantidade entregue

c) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do software entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de nome e versão do software com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora

b) compatibilidade do software entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora

c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

12. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

12.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprover ao interesse público.

CAPÍTULO VI. DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento dos equipamentos ficarão a cargo da equipe de apoio à contratação .
2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.
3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:
 - a) acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos softwares pela empresa contratada
 - b) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e contrato, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da contratada
 - c) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada
 - d) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas
 - e) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento
 - f) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VII. DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do nome e versão do software fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total.
2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VIII. DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
 - 1.1 O pagamento será realizado em duas etapas:
 - a) 85% (oitenta e cinco) na entrega dos softwares que compõem a solução;
 - b) 15% (quinze por cento) após a instalação da solução;
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
 - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da parcela em atraso I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na Ata de Registro de Preços (minuta constante do Anexo II do Edital).

CAPÍTULO X. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE-MS

1. Requisitar o fornecimento dos softwares, na forma prevista neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços (Minuta Anexo II).
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XI. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços (Minuta Anexo II).
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XII. DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

O presente estudo preliminar visa a implantação de Soluções de Softwares a serem instalados no Datacenter do TRE-MS.

A) MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

O TRE-MS adquiriu no final de 2018 servidores da empresa Nutanix. Porém, a solução de backup em uso no TRE-MS, comprada antes dos servidores, não possui as licenças necessárias para realização de cópias de segurança de todas as máquinas virtuais hospedadas no Datacenter do TRE-MS.

O TRE-MS não possui um ponto de entrada único para criação e exclusão de usuários, de forma que os usuários ao entrarem neste Tribunal, tem que ser cadastrados de forma manual em todos os sistemas. Isto acarreta muitas vezes atraso na disponibilização de uma conta e senha para que os novos usuários de TI possam começar a desempenhar suas funções. Além disso, erros e esquecimentos de cadastro nos diversos sistemas são constantes devido a essa prática manual. Por último, ao serem desligados do Tribunal, os usuários ficam longos períodos com a conta ainda ativa, o que constitui uma falha grave de segurança segundo as boas práticas.

O serviço de e-mail utilizado por todos os usuários de TI do TRE-MS está sem suporte para problemas críticos e sem atualizações de segurança, o que causa diversos riscos de segurança da informação.

Diante do exposto, acredita-se ser necessária a implantação dos softwares acima elencados.

B e C) OBJETIVOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS:

Cobertura total da solução de backup em toda a estrutura de máquinas virtuais do datacenter;

Utilização de software de gestão de contas de usuários, para facilitar as ações de cadastro/exclusão e melhorar os processos no âmbito da Segurança da Informação.

Implantação de solução de e-mail com o devido suporte a problemas críticos e atualizações de segurança;

D) Alinhamento da solução:

A solução escolhida atende às necessidades de negócio quando contribui para melhorar o resultado do indicador "Índice de disponibilidade de sistemas da Justiça Eleitoral" porque auxiliará no alcance do objetivo estratégico "Melhoria da infraestrutura e governança de TI", constante do PEI 2016-2021. E, atende às necessidades de TI quando contribui para melhorar o indicador "Prestação de serviços de TI em consonância com os requisitos de negócio" porque auxiliará no alcance do objetivo estratégico de TI "Agilidade de TI" e "Segurança da informação, infraestrutura de processamento e aplicativos", constantes do PETI 2016-2021.

E) Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI nº 0007125-72.2019.6.12.8000.

F) Relação entre a demanda prevista e a ser contratada:

A demanda prevista é a aquisição de soluções de softwares, bem como melhoria da segurança da informação.

A demanda a ser contratada será adquirida à medida em que houver recurso orçamentário; e tem o intuito de apresentar soluções definitivas aos problemas apresentados e implantá-las em tempo hábil.

G) Soluções disponíveis no mercado: Solução de Backup: com o intuito de preservar o investimento do Órgão em licenças, a equipe de contratação entende que justifica-se a especificação dos softwares abaixo citados pelo seu nome ou código ("Part Number"), prática comum, como pode ser observado em contratações públicas similares. Solução de Criação/Gestão de Usuários: ManageEngine AD Manager Plus Professional, Adaxes. Solução de E-mail: com o intuito de, preservar a garantia dos fabricantes das soluções já em uso no TRE-MS de que as mesmas funcionarão perfeitamente quando integradas ao novo servidor de e-mail, preservar o investimento do Órgão em licenças já adquiridas anteriormente e ainda diminuir o esforço de gerenciamento, tendo apenas uma interface de backup para fazer a cópia de segurança de forma granular de todo o parque computacional do TRE-MS, a equipe de contratação entende que justifica-se a especificação do software pelo seu nome ou código ("Part Number"), prática comum, como pode ser observado em contratações públicas similares.

H) O objeto do certame enquadra-se como aquisição de software (44.90.40), de natureza comum no mercado.

I) Para o item 1 não haverá parcelamento/cota ME/EPP do item, pois a aquisição em separado poderia gerar diversos contratos, cada um com licenças expirando em datas diferentes, sendo que isso poderia chegar ao caso em que, para licenciar apenas uma máquina servidora, seria necessário ter dois ou mais contratos; o que dificultaria sobremaneira a gestão das licenças. Já para os itens 02 e 03 também não será realizado o parcelamento/cota ME/EPP, pois o sucesso da implantação da Solução (uso integral de toda a potencialidade técnica da Solução), depende de cada componente da Solução a ser adquirida, sejam eles componentes principais ou acessórios. Portanto, faz-se necessário o agrupamento para garantir o uso por completo do que venha a ser adquirido, evitando assim, que componentes da Solução venham a ser adquiridos e não utilizados (ou utilizados de forma precária); A indicação de softwares nos itens 1 e 3 se dá de forma a manter a compatibilidade e homogeneidade, garantindo assim maior agilidade no gerenciamento, manutenção e integração das soluções.

J) a contratação se dará na **modalidade** de Pregão, nos termos da Lei 10.520/2002, na sua forma Eletrônica, que está regulada pelo Decreto 10.024/2019, satisfazendo-se, desse modo, os comandos contidos no caput e no § 1º do art. 1º do mencionado Decreto.

J.1) No que tange à escolha do **tipo** de licitação, por se tratar de materiais comuns, padronizados e facilmente encontrados no mercado, não resta outra opção a não ser o do tipo MENOR PREÇO.

A forma e o critério de seleção do fornecedor já se encontra indicada no Capítulo I (Pregão/menor preço); sendo que na fase de habilitação será exigida a comprovação da regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Justiça do Trabalho, além de Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

K) O TRE-MS já possui equipamentos adequados para a instalação das soluções, não causando assim impacto ambiental.

L) Não há conformidade técnica ou legal a ser exigida nesta contratação.

M) As obrigações contratuais, os papéis a serem desempenhados por cada envolvido na contratação e a dinâmica do fornecimento constam deste Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços a ser lavrada oportunamente pela Seção de Contratos. Da transferência de conhecimento e dependência técnica: item 1) por tratar-se de software já sendo utilizado, não se aplica a esse objeto; quanto aos itens 2 e 3, serão realizados repasses de conhecimento ao final da instalação. Para o item 3, a LICITANTE deverá fazer parte da listagem de empresas participantes do programa de fornecimento de licenças em grande volume para organizações governamentais com 250 usuários ou mais (Parceiro LSP para Governo). Nesta contratação serão adotados os modelos (templates) já utilizados por este Tribunal, no presente caso citamos a minuta da ata de registro de preços, minuta do modelo de identificação complementar do licitante.

TRE/MS



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 02/12/2019, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tre->



ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **0759988** e o código CRC **CB3352A0**.

0007125-72.2019.6.12.8000

0759988v2